

INST.FED.RORAIMA/CAMPUS BOA VISTA

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158350-INST.FED.RORAIMA/CAMPUS BOA VISTA	NATALIA MAIA COSTA	24/03/2026 15:29 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	8/2026	23229.001117.2025-06

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de limpeza de fossas sanitárias, rede de esgoto, sumidouros, caixas de passagem e de gordura e desentupimento de vasos sanitários para atender ao IFRR/Campus Boa Vista, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
LOTE ÚNICO						
1	Serviço de limpeza e esgotamento de fossas	16527	M³	600	R\$ 189,28	R\$ 113.568,00
2	Serviços de limpeza e desobstrução de caixa de passagem e de gordura	16527	M³	5	R\$ 179,43	R\$ 897,15
3	Serviço de desentupimento de vaso sanitário e ralos	16527	Unidade	5	R\$ 257,05	R\$ 1.285,25

4	Serviço de desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros	16527	M³	5	R\$ 126,94	R\$ 634,70
Valor total para 12 meses:						R\$ 116.385,10

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a realização do serviço é recorrente e está ligado a saúde pública, ao meio ambiente e às condições sanitárias do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa uma vez que garante a continuidade, reduz custos administrativos, melhora o planejamento, favorece preços mais vantajosos e aumenta a eficiência do serviço.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10839508000131-0-000003/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 03/10/2025;

III) Id do item no PCA: 2;

IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA;

V) Identificador da Futura Contratação: 158350-8/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá ter cuidados especiais com a manutenção do equilíbrio ambiental, a saúde humana e dos animais, na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados como material de consumo, em especial:

4.1.1.1. Atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de utilização e descarte dos produtos e matérias primas, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP.

4.1.1.2. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

4.1.2. A realização do serviço somente poderá ser efetuado por empregado devidamente treinado, identificado, uniformizado e com equipamento de proteção individual (EPI) adequado, ficando por conta da Contratada o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, de tais Equipamentos.

4.1.3. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª Edição, que o item 34 RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS, traz algumas orientações para o serviço a ser contratado:

a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
4. outras formas vedadas pelo poder público.

4.1.4. A empresa deverá seguir as regras constantes na NBR 7229 e NBR 13969.

4.1.5. Além da necessidade de apresentar as declarações citadas nos anexos da IN SEGES 05/2017, o licitante deverá apresentar, também a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no item 5.5.2. do Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **11** horas e das **15** horas às **17** horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. O endereço para realização da vistoria é Av. Glaycon de Paiva, n. 2496, Bairro: Pricumã;

4.6.2. A data e horário para realização da vistoria deverá ser agendado por meio do e-mail: daplan@ifrr.edu.br.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Estrutura Operacional e Atendimento ao Serviço

4.9. A CONTRATADA deverá dispor de estrutura operacional compatível com a execução do objeto, de modo a garantir o atendimento às ordens de serviço, inclusive em situações emergenciais, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da solicitação formal da Administração.

4.10. Para fins de atendimento ao prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá manter ou providenciar base operacional, equipe técnica, veículos e equipamentos adequados, podendo instalar estrutura de apoio no município ou na região da execução do serviço, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, se necessário.

4.11. A exigência prevista nesta cláusula não constitui requisito de habilitação ou condição de participação na licitação, sendo obrigação a ser cumprida exclusivamente durante a execução contratual, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e proporcionalidade.

4.12. O descumprimento dos prazos de atendimento ou da manutenção da estrutura operacional necessária à adequada execução do serviço sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho constam no item 7 do Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Glaycon de Paiva, n. 2496, Bairro: Pricumã;

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08h às 12h e das 14h às 18h.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. O quantitativo demandado é apenas uma estimativa, uma vez que não se pode mensurar com exatidão a quantidade de vezes que será necessário à limpeza/esgotamento dos tanques sépticos, caixas de gordura, caixas de passagem, sumidouros e o desentupimento de vasos sanitários e ralos de banheiro, pois tal informação é composta de algumas variáveis, tais como:

- i) Quantidade de resíduos despejados;
- ii) Quantidade de pessoas que utilizarão o edifício do Campus;
- iii) os índices pluviométricos, etc;

5.4.2. No valor do m³ (metro cúbico) e da unidade do item 3 (desentupimento de vaso sanitário e ralos) deverão estar inclusos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços, tais como custo com pessoal, deslocamento e encargos trabalhistas e fiscais.

5.4.3. A empresa deverá considerar os trajetos necessários para execução dos serviços observando o endereço constante no item 5.2. deste Termo de Referência.

5.4.4. A empresa Contratada deverá considerar na sua proposta todos os itens referentes ao recolhimento de taxas, emolumentos e impostos prévios ao início do serviço, tais como Licenças, Registros de funcionários e outras despesas decorrentes da atividade a ser executada.

5.4.5. Toda e qualquer mobilização de máquinas e equipamentos será de única e exclusiva responsabilidade da empresa.

5.4.6. A contratante não se responsabilizará pela guarda dos equipamentos e máquinas, nem concederá espaços internos para abrigar ferramentas e similares.

5.4.7. A contratada deverá executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução determinados pela Fiscalização.

5.4.8. Possíveis omissões, falhas ou incorreções na apresentação da proposta comercial não poderão constituir pretexto para a proponente adjudicatária pretender alterar a composição dos custos unitários.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido[A15] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, **com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o** valor dimensionado pela fiscalização e gestão **no recebimento definitivo do serviço.**

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no item 7.20 do Estudo Técnico Preliminar.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Produção dos resultados, se a contratada deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.5.2. Utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 (trinta) dias.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.[A9]

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**. [A1] [A2]*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; [A3]*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, considerando o valor global do grupo (lote único).

9.1.1. Os itens constantes da tabela deste Termo de Referência serão agrupados em lote único, devendo a proposta contemplar todos os itens que o compõem.

9.1.2. A adjudicação será realizada de forma global, sendo vencedor o licitante que apresentar o menor valor para o conjunto dos itens agrupados.

9.1.3. Não será admitida a adjudicação parcial dos itens, em razão da necessidade de execução integrada dos serviços, os quais possuem natureza interdependente, cuja fragmentação pode comprometer a eficiência operacional, a padronização dos procedimentos e a adequada gestão contratual.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. A licitante deverá apresentar **licença ambiental válida**, emitida pelo órgão ambiental competente, que autorize a execução das atividades de coleta, transporte e destinação de resíduos, compatíveis com o objeto da contratação, nos termos da legislação ambiental vigente, especialmente a Lei nº 6.938/1981 e a Lei nº 12.305/2010.

9.14. A licitante deverá apresentar **comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)**, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade, emitido pelo IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013.

9.15. A licitante deverá apresentar **alvará sanitário ou licença equivalente**, expedido pelo órgão de vigilância sanitária competente, compatível com as atividades objeto da contratação.

9.16. A contratada deverá comprovar, até a assinatura do contrato ou antes do início da execução dos serviços, a autorização do órgão competente para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, inclusive junto à Companhia de Água e Esgoto de Roraima – CAER, quando aplicável, em conformidade com a legislação vigente.

9.17. A licitante deverá apresentar **declaração formal de que, no momento da execução dos serviços, disporá de responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das atividades pertinentes ao objeto da contratação, conforme legislação aplicável.**

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.27. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.28. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.30. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**

9.31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.36.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.37. Não será exigido registro ou inscrição da empresa em conselho profissional, tendo em vista que o objeto da contratação não envolve atividade privativa de profissão regulamentada sujeita à fiscalização por conselho de classe.

9.38. Prova de atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e na Instrução Normativa IBAMA Nº 06, de 15 de março de 2013.

Qualificação Técnico-Operacional

9.39. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.39.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será considerada como parcela de maior relevância do objeto o serviço de limpeza e esgotamento de fossas sanitárias.

9.39.1.2. A licitante deverá comprovar a execução de quantitativo mínimo correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado da parcela de maior relevância, o que corresponde a 300 m³ de serviços de limpeza e esgotamento de fossas sanitárias.

9.39.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.39.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39.1.6. Não serão exigidas limitações de tempo ou de local específico para fins de comprovação da capacidade técnica, em conformidade com o art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.41. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1. ata de fundação;

9.47.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 116.385,10 (cento e dezesseis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26437/158350;

II) Fonte de recursos: 100;

III) Programa de trabalho: 12363501220RL0014;

IV) Elemento de despesa: 339039-16; e

v) . Plano interno: L4801P01BVN.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

13.1. ANEXO I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

13.1.1. Item não aplicável à presente contratação, em razão da adoção de instrumento contratual formal, nos termos da Lei nº 14.133/2021

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIANA CRIS FERNANDES ANDRADE

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 15:27:33.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP158350_000032_2025.pdf (130.0 KB)
- Anexo II - MINUTA DO CONTRATO.pdf (427.09 KB)

INST.FED.RORAIMA/CAMPUS BOA VISTA

Estudo Técnico Preliminar 32/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23229.001117.2025-06

2. Objeto

2.1 Contratação de serviço contínuo de limpeza de fossas sanitárias, rede de esgoto, sumidouro, caixas de passagens e de gordura e desentupimento de vasos sanitários para atender ao Campus Boa Vista.

3. Descrição da necessidade

3.1. O presente estudo trata da necessidade de contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de limpeza e esgotamento de fossas sanitárias, limpeza e desobstrução de caixas de passagem e de gordura, desentupimento de vasos sanitários e ralos, bem como limpeza e desobstrução de rede de esgoto e sumidouros, visando atender às demandas do Instituto Federal de Roraima – Campus Boa Vista.

3.2. O Campus Boa Vista possui intenso fluxo diário de alunos, servidores, colaboradores e visitantes, o que resulta na geração contínua de resíduos provenientes das instalações sanitárias, copa e cozinha do restaurante institucional.

3.3. Ressalta-se que a unidade não possui ligação com a rede pública de esgotamento sanitário, sendo os resíduos direcionados para sistemas próprios, compostos por fossas sépticas, caixas de passagem, caixas de gordura e sumidouros, os quais demandam manutenção periódica e adequada para garantir seu pleno funcionamento.

3.4. Em razão das limitações inerentes a esse tipo de sistema, especialmente diante da capacidade instalada e da intensidade de uso, faz-se necessária a execução contínua de serviços de limpeza, esgotamento e desobstrução, de modo a prevenir transbordamentos, entupimentos e outros eventos que possam comprometer as condições sanitárias do ambiente.

3.5. A ausência desses serviços pode ocasionar riscos à saúde pública, danos ao meio ambiente, interrupção das atividades institucionais e prejuízos à segurança e ao bem-estar dos usuários das instalações do Campus.

3.6. Ademais, o Instituto não dispõe de recursos humanos especializados, tampouco de equipamentos adequados para a execução direta dos serviços em questão, o que justifica a necessidade de contratação de empresa especializada.

3.7. Declara-se que os serviços objeto da presente contratação possuem natureza acessória, instrumental e complementar às atividades institucionais do IFRR, não estando compreendidos entre as atribuições dos cargos efetivos do órgão, sendo, portanto, passíveis de execução indireta, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

3.8. Em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, destaca-se a essencialidade do objeto e o relevante interesse público da contratação, tendo em vista que os serviços são indispensáveis para a manutenção das condições sanitárias adequadas e para o regular funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas do Campus.

3.9. No que se refere às diretrizes de governança e sustentabilidade, especialmente aquelas previstas no Decreto nº 10.947 /2022, informa-se que o Instituto Federal de Roraima – Campus Boa Vista encontra-se em fase de estruturação de seu Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), com equipe em processo de constituição para elaboração do referido instrumento.

3.10. Ressalta-se, contudo, que a ausência momentânea do PLS não inviabiliza a presente contratação, tendo em vista o caráter essencial do serviço, diretamente relacionado à saúde pública, ao meio ambiente e à continuidade das atividades institucionais.

3.11. Ainda assim, a presente contratação observa, no que couber, critérios e práticas de sustentabilidade, especialmente no que se refere à destinação ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação vigente, normas ambientais aplicáveis e orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.12. Por fim, registra-se que a Administração adotará as providências necessárias para a futura implementação do Plano Diretor de Logística Sustentável, assegurando o alinhamento das contratações aos seus objetivos tão logo o referido instrumento seja formalmente instituído.

3.13. Em atendimento ao disposto no art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, quanto à utilização do catálogo eletrônico de padronização, informa-se que, após análise, verificou-se a inexistência de item padronizado que atenda integralmente às especificidades da presente contratação.

3.14. O objeto em questão consiste na prestação de serviços de limpeza e esgotamento de fossas sanitárias, desobstrução de redes de esgoto, caixas de passagem e de gordura, bem como desentupimento de dispositivos sanitários, cujas características estão diretamente relacionadas às condições específicas da infraestrutura do Campus Boa Vista, à variação da demanda e às particularidades operacionais do serviço.

3.15. Dessa forma, conclui-se pela inviabilidade de utilização do catálogo eletrônico de padronização, sem prejuízo da observância de práticas usuais de mercado e da adoção de especificações compatíveis com contratações similares realizadas pela Administração Pública.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Planejamento	Diana Cris Fernandes Andrade

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Da Modalidade da Licitação

5.1.1. A contratação poderá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por se tratar de contratação de serviço comum, com base no art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021.

5.1.1.1. O critério de julgamento será o menor preço global, a ser obtido por quem ofertar o menor valor estimado para o serviço. Assim, quanto menor o valor estimado do serviço, menor será o preço total/global da proposta.

5.2. Da natureza do serviço

5.2.1. A prestação do serviço em pauta possui natureza continuada, pois a ausência da prestação ocasiona danos a Administração, impedindo que as atividades nela desempenhada sejam realizadas. Portanto, com base no art. 15 da IN SEGES 05/2017, pela sua essencialidade, o serviço visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, enquadrando-se na definição do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133.21.

5.2.2. O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, conforme trata a Lei nº 14.133/21, por possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

5.2.3. O IFRR não dispõe de recursos humanos e nem equipamentos para o atendimento desse serviço, assim, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a terceirização dos serviços com utilização de mão de obra profissional.

5.2.4. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010. A contratada deverá

apurar se algum dos seus colaboradores, na execução, enquadrem-se na vedação em tela, inclusive, sempre que houver alteração com a troca de funcionários.

5.2.5. Ressalta-se que a prestação do serviço aqui estudado não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.3. Dos Requisitos

5.3.1. A prestação do serviço possui natureza continuada, ao passo em que eventual paralisação da atividade contratada implicaria em prejuízo ao exercício das atividades da Administração, bem como, sua habitualidade é configurada pela necessidade da atividade ser prestada mediante contratação de terceiros.

5.3.2. A CONTRATADA deverá adotar critérios e práticas de sustentabilidade, conforme especificado abaixo:

5.3.2.1. A Contratada deverá ter cuidados especiais com a manutenção do equilíbrio ambiental, a saúde humana e dos animais, na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados como material de consumo, em especial:

5.3.2.1.1. Atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de utilização e descarte dos produtos e matérias primas, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP.

5.3.2.1.2. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, em quantidade ou em destinação; atividades essas da inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

5.3.2.2. A realização do serviço somente poderá ser efetuado por empregado devidamente treinado, identificado, uniformizado e com equipamento de proteção individual (EPI) adequado, ficando por conta da Contratada o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, de tais Equipamentos.

5.3.2.3. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª Edição, que o item 34 RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS, traz algumas orientações para o serviço a ser contratado:

a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
4. outras formas vedadas pelo poder público.

5.3.2.4. A empresa deverá seguir as regras constantes na NBR 7229 e NBR 13969.

5.3.3. O contrato terá duração inicial de 5 (cinco) anos, de acordo com o art. 106 da Lei 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo e por ser mais vantajoso a contratação plurianual de um serviço de fácil especificação por parte da administração e de execução por parte das empresas que já atuam no mercado.

5.3.3.1. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada, para reunião inicial e apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.4. Do regime de execução

5.4.1. A execução do objeto será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, tendo em vista que os serviços a serem contratados possuem natureza sob demanda, com quantitativos estimados, porém não precisamente mensuráveis previamente.

5.4.2. A necessidade de execução dos serviços está diretamente relacionada à utilização das instalações sanitárias do Campus, à geração de resíduos e à ocorrência de eventos imprevisíveis, como entupimentos e necessidade de limpeza emergencial, o que inviabiliza a definição exata das quantidades a serem executadas ao longo da vigência contratual.

5.4.3. Nesse contexto, o regime de empreitada por preço unitário mostra-se o mais adequado, pois permite que a remuneração da contratada ocorra com base nas quantidades efetivamente executadas, aferidas por meio de medições objetivas, tais como volume (m³) ou unidades de serviço realizadas.

5.4.4. Tal modelo assegura maior aderência à realidade da execução contratual, evitando pagamentos por serviços não executados ou a subestimação da demanda, contribuindo para a eficiência, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos.

5.4.5. Ademais, o regime adotado está em conformidade com as práticas usuais de mercado para serviços dessa natureza, garantindo maior competitividade e segurança na contratação.

5.5. Da habilitação e Qualificação

5.5.1. De acordo com a IN SEGES 05/2017, o licitante deverá apresentar as seguintes declarações:

a) Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;

c) Declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

e) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009;

f) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5.1.1. Nas licitações realizadas na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, as declarações deverão ser apresentadas no momento do cadastramento da proposta, para os demais casos deverão ser apresentados juntamente com as propostas de preços na sessão pública.

5.5.2. Além da necessidade de apresentar as declarações citadas nos anexos da IN SEGES 05/2017, o licitante deverá apresentar, também:

i. Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo abaixo:

(Razão Social do Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA se comprometer com a responsabilidade e sustentabilidade ambiental, social e econômica, bem como a adesão às normas que vierem a ser estabelecidas, de acordo com a legislação e os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais legislações pertinentes ao serviço a ser prestados e materiais/equipamentos a serem utilizados.

ii. Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4 /6/2010, conforme modelo abaixo:

(Razão Social do Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.5.3. A licitante deverá apresentar ainda:

5.5.3.1. O(s) licenciamento(s) ambiental(is) que lhe certifica(m) a prestar o serviço de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos em questão.

5.5.3.2. O comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP e o seu respectivo Certificado de Regularidade, conforme Art. 8º, Inciso XVII e alínea “b” da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Instrução Normativa IBAMA Nº 06, de 15 de março de 2013.

5.5.3.3. O Alvará Sanitário para funcionamento obtida junto aos respectivos órgãos competentes.

5.5.3.4. A autorização da Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAER) para o despejo de resíduos na Estação de Tratamento de Esgotos, no intuito de assegurar a destinação final dos resíduos no local apropriado conforme a responsabilidade atribuída à administração por intermédio da legislação ambiental vigente.

5.5.3.5. Declaração formal de que no momento da assinatura do contrato possui em seu quadro permanente responsável técnico, devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes à limpeza de fossas.

5.6. Da garantia contratual

5.6.1. Considerando o disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a necessidade de exigência de garantia contratual, concluindo-se pela sua não adoção.

5.6.2. A decisão fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns, de baixa complexidade técnica e executados sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, não envolvendo riscos relevantes que justifiquem a exigência de garantia.

5.6.3. Ademais, a exigência de garantia poderia restringir a competitividade do certame, especialmente em contratações de menor vulto, sem que haja ganho proporcional em segurança para a Administração.

5.6.4. Ressalta-se, ainda, que a execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Administração, sendo suficientes os mecanismos ordinários de controle e aplicação de sanções previstos na Lei nº 14.133/2021 para resguardar o interesse público.

5.7. Da vistoria técnica

5.7.1. Considerando o disposto no art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

5.7.2. Verificou-se que o objeto da contratação envolve a prestação de serviços em sistemas de esgotamento sanitário próprios, compostos por fossas sépticas, caixas de passagem, caixas de gordura e redes internas, cujas condições, dimensões, localização e estado de conservação podem variar significativamente.

5.7.3. Tais particularidades influenciam diretamente na formação da proposta, especialmente quanto à definição de custos operacionais, logística de execução, dimensionamento de equipamentos e avaliação de riscos envolvidos na prestação dos serviços.

5.7.4. Nesse contexto, a vistoria prévia mostra-se relevante para que os licitantes tenham pleno conhecimento das condições reais de execução, contribuindo para a elaboração de propostas mais precisas e exequíveis, bem como para a redução de riscos de inexecução contratual.

5.7.5. Ressalta-se, contudo, que a vistoria não será obrigatória, sendo facultada aos interessados, que poderão, alternativamente, apresentar declaração formal de que possuem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, não podendo alegar desconhecimento posterior.

5.8. A execução dos serviços demanda o atendimento a requisitos legais de natureza ambiental e sanitária, incluindo licenciamento ambiental, cadastro junto ao IBAMA, autorização sanitária e destinação adequada de resíduos, conforme detalhado no Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Com base nas informações trazidas na pesquisa de preços realizada pela Coordenação de Pesquisa de Preços deste IFRR, constante nos autos, verificamos que outros órgãos fazem contratação para o mesmo objeto, sendo que a execução do serviço não possui uma diversidade, adotando-se, comumente, a contratação de empresa terceirizada, a qual utilizará mão de obra e equipamentos próprios para a execução, bem como, se responsabilizará pela obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para o correto despejo do resíduo proveniente da limpeza de fossas, caixas de passagem e de gordura, etc.

6.2. Também verificamos que a execução se dá por demanda e que o serviço foi considerado continuado pelos órgãos pesquisados, os quais seguem abaixo especificados:

- Pregão Eletrônico Nº 90044/2025, UASG 927996 - EAC-SECRETARIA DE EST.INDÚST.CIÊNCIA E TECNOL, Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de natureza continuada (limpeza e/ou esgotamento de fossas sépticas, caixas d'água e cisternas, rede de esgoto, desentupimentos, desobstrução, dedetização, descupinização, desratização, limpeza interna de dejetos de morcegos e aves presentes em forros), visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Mulher - SEMULHER e suas unidades em Rio Branco, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira;

- Dispensa de Licitação Nº 41/2025, UASG: 751212 - COMANDO DA MARINHA, Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do serviço de limpeza, remoção de resíduos graxos e higienização da caixa de gordura da unidade de alimentação (rancho) da BHMN;

- Pregão Eletrônico nº 90009/2025, UASG: 731040 - COMANDO DA MARINHA, Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização/descupinização/desratização), manutenção e higienização de reservatórios de água potável e limpeza e desobstrução de fossas, caixas de gordura, sumidouros, esgoto e bocas de lobo das dependências do Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para a execução do serviço de limpeza e esgotamento de fossas sépticas, limpeza e desobstrução de caixa de passagem e de gordura, desentupimento de vaso sanitário e ralos e desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros, a fim de atender as necessidades deste Campus Boa Vista.

7.2. Como unidade de medida foi adotado o “metro cúbico” para os itens que tratam de limpeza e “unidade” para o de desentupimento de vasos e ralos.

7.3. A contratada deverá dispor de todos os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços, bem como disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPI recomendados pelas normas vigentes aos seus funcionários.

7.4. Os funcionários da contratada deverão estar habilitados e qualificados para a execução do serviço.

7.5. Os serviços serão executados conforme demanda do Campus contratante, por meio de emissão de Ordem de Serviço.

7.5.1. As Ordens de Serviço (O.S.) serão preferencialmente encaminhadas por meio digital (e-mail).

7.6. O prazo para atendimento da Ordem de Serviço não poderá ultrapassar 48h (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da mesma pela contratada.

7.7. A execução dos serviços relativos a cada Ordem de Serviço deverá ser realizada sob a supervisão de servidor designado pelo Campus e em horário compreendido entre 8h00 e 17h00, em dias úteis. Eventuais serviços realizados em finais de semana, recesso

e feriados deverão ser acordados com a administração do Campus, que irá providenciar solicitação de autorização de acesso nas dependências.

7.8. Os serviços deverão ser executados da seguinte forma:

7.8.1. A execução da limpeza/esgotamento das fossas (tanques sépticos), deverá ser executada através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem, combinado com sistema de sucção a alto vácuo, para operações simultâneas e/ou independentes com tanques reservatórios e carretéis, desobstruindo, removendo sujeiras impregnadas sem causar danos nas paredes e pisos do local, entre outros métodos existentes. A licitante vencedora deverá prever a retirada de TODOS os resíduos sólidos que estejam armazenados no local, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.8.2. A execução do serviço de limpeza e desobstrução de caixa de passagem e de gordura deverá ser realizado de forma manual ou através de equipamentos específicos, como bombas de alta pressão para desobstruir, através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem para retirar e armazenar toda a sujeira da tubulação, evitando transbordamento de água, gordura, sujeira, mal cheiro e entupimento da tubulação, entre outros.

7.8.3. Para a execução do serviço de desentupimento de vaso sanitário e ralo dos banheiros, a contratada deverá utilizar equipamento e pessoal especializado, de forma a desobstruir os canais de ligação dos vasos e ralos com a rede de esgoto da contratante.

7.8.4. O serviço de desobstrução e limpeza de redes de esgoto e de caixas de passagem deverá ser executado de forma manual ou com equipamento de hidrojateamento/vácuo, instalado sobre chassis de caminhão com tanques de armazenamento de água, detritos e pessoal especializado.

7.9. Os resíduos retirados dos tanques sépticos, caixas de gordura e caixas de passagem, devem ser transportados para um aterro sanitário ou recolhido por uma empresa especializada no tratamento desse tipo de material.

7.10. O caminhão utilizado para o recolhimento dos resíduos deve estar com o tanque completamente vazio antes de iniciar o recolhimento e possuir meios de acompanhar o nível do volume de resíduo no interior do tanque.

7.10.1. Logo após a verificação do volume coletado, a empresa deverá apresentar um comprovante de coleta com a assinatura do representante da empresa e do servidor que acompanhou o serviço.

7.11. A empresa deverá apresentar relatório para atestar o quantitativo recolhido e a sua destinação ambientalmente adequada com a apresentação de documento comprobatório.

7.12. A limpeza, recolhimento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos deverão ocorrer de acordo com as normas regulamentadoras brasileiras.

7.13. Toda e qualquer mobilização de máquinas e equipamentos será de única e exclusiva responsabilidade da empresa.

7.14. A contratante não se responsabilizará pela guarda dos equipamentos e máquinas, nem concederá espaços internos para abrigar ferramentas e similares.

7.15. Durante o período de execução dos serviços, a empresa será responsável em manter o local livre de obstáculos e, após o término dos serviços, deverão ser removidos os equipamentos, as sobras de material, entulhos e ferramentas de sua propriedade, deixando o local completamente limpo.

7.16. A contratante não assumirá qualquer responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem. A empresa deverá observar as determinações das Leis Trabalhistas, Previdência Sociais e de Seguro de Acidentes do Trabalho.

7.17. Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento, limpeza e outras existentes, correrão por conta da(s) empresa(s) vencedora(s).

7.18. A execução dos serviços poderá ser iniciada após a assinatura do Contrato e conforme demanda solicitada pela Contratante via Ordem de Serviço.

7.19. Todos os funcionários da contratada deverão estar devidamente uniformizados e portando crachá da empresa.

7.20. Para aferição da qualidade da prestação dos serviços, a fiscalização do contrato utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforma modelo abaixo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.20.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO	
CONTRATO nº:	
OBJETO: Contratação de serviços de Limpeza de fossas sanitárias, rede de esgoto, sumidouro, caixas de passagens e de gordura e desentupimento de vasos sanitários para atender ao Campus Boa Vista.	
VIGÊNCIA DO CONTRATO:	
FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO:	
DATA DE EXECUÇÃO E VERIFICAÇÃO DO SERVIÇO:	
	Descrição
FINALIDADE	Garantia do cumprimento das exigências pactuadas em contrato e termo de referência.
F O R M A VERIFICAÇÃO	D E Acompanhamento via fiscal, devidamente designado, por ocorrência de solicitação
PERIODICIDADE	A CADA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO
Exigência 1	CONTATOS DA CONTRATADA DEVIDAMENTE ATUALIZADOS?
Resultado	() SIM () NÃO
Exigência 2	O PRAZO PARA ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO FOI CUMPRIDO?
Resultado	() SIM () NÃO
Exigência 3	O CAMINHÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EXIGIDO NO TR? (VAZIO E COM VISOR PARA VERIFICAÇÃO DO VOLUME)

Resultado	() SIM () NÃO
Exigência 4	A EQUIPE DA CONTRATADA ESTÁ DEVIDAMENTE UNIFORMIZADA E IDENTIFICADA?
Resultado	() SIM () NÃO
Exigência 5	O MANGOTE TEM COMPIMENTO SUFICIENTE PARA ALCANCE DOS PONTOS DE SUCÇÃO DE RESÍDUOS?
Resultado	() SIM () NÃO
Exigência 6	A EMPRESA UTILIZOU EQUIPAMENTOS ADEQUADOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS?
Resultado	() SIM () NÃO
FAIXA DE PAGAMENTO DA NOTA FISCAL	100% DA NOTA FISCAL: ATÉ 1 EXIGÊNCIA NÃO CUMPRIDA 90% DA NOTA FISCAL: ATÉ 2 EXIGÊNCIAS NÃO CUMPRIDAS 70% DA NOTA FISCAL: ACIMA DE 3 EXIGÊNCIAS NÃO CUMPRIDAS 0% DA NOTA FISCAL: NENHUMA EXIGÊNCIA CUMPRIDA E/OU SERVIÇO NÃO POSSÍVEL DE REALIZAR POR FALTA DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS
SANÇÕES	0,2% DO VALOR TOTAL DO CONTRATO EM CASO DE NÃO EXECUÇÃO ADEQUADA ÀS EXIGÊNCIAS DESTE IMR
OBSERVAÇÕES DO FISCAL:	

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise do histórico de execução dos serviços no âmbito do Contrato nº 08/2021, considerando os dados extraídos das notas fiscais emitidas no período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026, bem como a necessidade operacional do Instituto Federal de Roraima – Campus Boa Vista.

8.2. Inicialmente, o planejamento da contratação considerou estimativas baseadas em parâmetros gerais de utilização dos sistemas de esgotamento sanitário do Campus. Contudo, visando maior precisão e aderência à demanda real, procedeu-se à reavaliação dos quantitativos com base em dados concretos de execução contratual.

8.3. A análise do histórico demonstrou que, no período avaliado, foram efetivamente executados os seguintes quantitativos:

- 454 m³ de serviços de limpeza e esgotamento de fossas;
- 2 m³ de serviços de limpeza e desobstrução de caixas de passagem e de gordura;
- 1 unidade de desentupimento de vasos sanitários e ralos;
- 0 m³ de serviços de desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros.

8.4. Com base nesses dados, e em observância aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade, foram ajustados os quantitativos a serem contratados, conforme demonstrado a seguir:

- 600 m³ para serviços de limpeza e esgotamento de fossas;
- 5 m³ para serviços de limpeza e desobstrução de caixas de passagem e de gordura;
- 5 unidades para serviços de desentupimento de vasos sanitários e ralos;
- 5 m³ para serviços de desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros.

8.5. O quantitativo proposto para o item de limpeza e esgotamento de fossas (600 m³) considera, além da execução histórica de 454 m³, a necessidade de manutenção de margem de segurança operacional, tendo em vista possíveis variações decorrentes do aumento do fluxo de usuários, sazonalidade acadêmica, intensificação do uso das instalações e eventual ampliação da infraestrutura do Campus.

8.6. Para os demais itens, os quantitativos foram ajustados de forma significativa, considerando o baixo nível de utilização verificado no período analisado, evitando-se o superdimensionamento da contratação e promovendo maior aderência à demanda real.

8.7. A metodologia adotada para definição dos quantitativos baseou-se na análise de dados históricos de execução contratual, obtidos por meio de documentos fiscais, constituindo técnica quantitativa adequada nos termos do art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

8.8. A memória de cálculo, bem como a análise detalhada dos quantitativos originalmente previstos, executados e propostos, encontram-se consolidadas na Nota Técnica nº 2/2026 – DAPLAN/DG-CBV/IFRR, que integra o presente processo administrativo e fundamenta tecnicamente a estimativa adotada.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 116.385,10

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando como parâmetro contratações similares realizadas pela Administração Pública, obtidas por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como outras bases oficiais disponíveis.

9.2. Para cada item, foram coletados, sempre que possível, no mínimo três preços válidos, considerando contratações recentes e compatíveis com o objeto pretendido, observadas as peculiaridades do serviço e as condições de execução.

9.3. A metodologia adotada para definição do preço estimado consistiu na média aritmética dos valores coletados, tendo em vista a homogeneidade dos preços obtidos e sua compatibilidade com os praticados no mercado.

9.4. Foram desconsiderados, quando identificados, preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, nos termos do art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

9.5. O valor estimado da contratação é de R\$ 116.385,10 (cento e dezesseis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), conforme memória de cálculo constante na planilha de pesquisa de preços e na Nota Técnica nº 24/2026 – CPP/PROAD/IFRR, que integram o presente processo administrativo.

9.6. O valor médio obtido na pesquisa de preços foi adotado como parâmetro para definição do valor máximo aceitável pela Administração.

9.7. Com base nas informações constantes na Nota Técnica nº 24/2026 – CPP/PROAD/IFRR e na planilha de pesquisa de preços, a equipe de planejamento da contratação procedeu à análise dos valores obtidos, verificando que os preços coletados apresentam comportamento homogêneo, sem discrepâncias relevantes que comprometam a utilização da média aritmética como parâmetro para definição do valor estimado.

9.8. Nesse contexto, considera-se adequada a metodologia adotada, tendo em vista a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado e a observância dos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Para a presente contratação, optamos por agrupar os itens, de modo que o licitante vencedor fique responsável pela execução de todos os itens daquele grupo, em razão dos seguintes benefícios:

10.1.1. Padronizar os serviços, bem como garantir a celeridade na prestação, diminuindo os riscos de falhas na sua prestação.

10.1.2. Possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

10.1.3. Assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também a gerência segura da contratação, de modo a esta alcançar a sua finalidade e efetividade, que é a de atender de maneira satisfatória as necessidades da Administração Pública.

10.1.4. Economia de escala devido a economia logística e a diminuição de transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do serviço a ser prestado.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. De maneira geral, não haverá contratações correlacionadas ou interdependentes com o objeto desta, haja vista que a prestação do serviço de limpeza e esgotamento de fossas sanitárias, limpeza de caixas de passagens e de gorduras, desentupimento de vasos sanitários, limpeza e desobstrução de rede de esgoto e sumidouros não depende de qualquer outro serviço já realizado neste Campus ou que venha a ser realizado futuramente.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A presente contratação está alinhada com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, servindo de apoio para atendimento dos objetivos estratégicos da Dimensão: Gestão Administrativa, presente no Eixo das Políticas Administrativas, no que se refere a gerir os recursos logísticos, orçamentários e financeiros para o alcance dos objetivos institucionais por meio de sua disponibilidade e utilização oportuna, sustentável e eficiente, bem como no Plano Anual de Contratações 2026, registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações do Portal de Compras do Governo Federal.

12.2 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva está plenamente inserida no Plano anual de Contratação, conforme abaixo:

I - Inserido no Plano de Geral de Contratações PGC 10839508000131-0-000003/2026, Id do item no PCA: 2, Identificador da Futura Contratação 1158350-8/2026;

12.3 Conforme o inciso I, art. 23. da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

12.4 Ressalta-se ainda a observância dos preceitos constitucionais fundamentais referente aos direitos sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

12.5. É importante destacar que a contratação pretendida se encontra devidamente amparada na Lei 14.133/21.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Pretende-se com a contratação:

13.1.1. Garantir o bom funcionamento das atividades prestadas pelo Campus.

13.1.2. Atender as necessidades de limpeza e higienização das tubulações e instalações sanitárias do Campus;

13.1.3. Garantir o pleno funcionamento dos canalizações de esgoto, evitando entupimentos;

13.1.4. Realizar a retirada dos resíduos de forma eficaz, evitando transbordamento nas dependências e fora do

13.1.5. Manter a qualidade sanitária no

13.1.6. Manter o ambiente salubre para servidores e demais usuários dos serviços da Instituição.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A administração, após a finalização do processo de aquisição deverá realizar orientações com o(s) responsável(is) pelo recebimento do serviço contratado, a empresa deverá ser notificada para início da atividade, o acompanhamento deve ser realizado durante e após a realização do serviço, garantindo a apresentação das comprovações necessárias por parte da empresa contratada, assim como a plena liquidação das obrigações por parte da contratante após o ateste dos serviços prestados.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A limpeza inadequada de fossas sépticas e rede de esgoto, sumidouro, caixas de passagens e de gordura, pode gerar **contaminação do solo e da água** (potável e subterrânea), **proliferação de doenças e vetores, mau cheiro e danos aos ecossistemas aquáticos e terrestres**. O descarte incorreto dos resíduos, que são prejudiciais como os efluentes industriais, pode poluir mananciais, afetar a saúde de pessoas e animais e degradar o solo, prejudicando plantações.

15.2. Impactos ambientais da limpeza inadequada de fossas sépticas

- **Contaminação da água:** O esgoto da fossa séptica, se não for tratado corretamente, pode contaminar lençóis freáticos e corpos d'água superficiais, tornando a água potável insegura e prejudicando a vida aquática.
- **Contaminação do solo:** O vazamento de resíduos pode infiltrar-se no solo, contaminando a terra e tornando-a inadequada para a agricultura.
- **Riscos à saúde:** A contaminação pode causar doenças como diarreia e gastroenterite em humanos, além de atrair pragas e vetores, como insetos e ratos.
- **Danos ecológicos:** A poluição da água e do solo afeta ecossistemas terrestres e aquáticos, podendo causar a morte de animais, a perda de biodiversidade e a degradação de habitats.
- **Odores desagradáveis:** O mau cheiro é um sinal de que a fossa não está funcionando corretamente, podendo indicar acúmulo de resíduos e potenciais vazamentos.

15.3. Como evitar impactos negativos

- **Contratação de empresas especializadas:** É fundamental contratar empresas licenciadas que possuam os equipamentos adequados para a limpeza e o descarte correto dos efluentes, seguindo as normas técnicas (como as NBR 7229 e NBR 13969).
- **Manutenção regular:** A limpeza periódica da fossa séptica evita o entupimento e o transbordamento, prevenindo os problemas de contaminação.
- **Descarte adequado dos resíduos:** As empresas de limpeza são responsáveis por transportar os resíduos para um local de tratamento apropriado, evitando que sejam despejados indevidamente no meio ambiente.
- **Atenção ao uso de produtos de limpeza:** O uso excessivo de desinfetantes fortes pode prejudicar as bactérias que atuam na fossa, prejudicando o seu funcionamento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo deste estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento declara que a contratação é viável com base nos seguintes pontos:

- A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;
- Todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão;
- As quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;
- A escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;
- As estimativas preliminares de preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente;
- Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos em termos de economicidade, eficácia e eficiência;
- A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável;
- Há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração dos estudos técnicos preliminares).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NATALIA MAIA COSTA

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 11:37:48.

DIANA CRIS FERNANDES ANDRADE

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 12:09:55.

PAULA FILGUEIRAS FERREIRA SIQUEIRA

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 12:07:55.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

(Processo Administrativo nº 23229.001117/2025-06)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI O IFRR/CAMPUS BOA VISTA E
.....

A Autarquia Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, por intermédio do(a) Campus Boa Vista, com sede no(a) Av. Glaycon de Paiva, n.º 2496, Pricumã, na cidade de Boa Vista/RR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.839.508/0002-12, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora-Geral LUCIANA LEANDRO SILVA, nomeado(a) pela Portaria nº 398, de 06 de fevereiro de 2025, publicada no DOU de 07 de fevereiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1667727, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23229.001117/2025-06 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de limpeza de fossas sanitárias, rede de esgoto, sumidouro, caixas de passagens e de gordura e desentupimento de vasos sanitários para atender ao Campus Boa Vista, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de limpeza e esgotamento de fossas	16527	M³	600		
2	Serviços de limpeza e desobstrução de caixa de passagem e de gordura	16527	M³	5		
3	Serviço de desentupimento de vaso sanitário e ralos	16527	Unidade	5		

4	Serviço de desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros	16527	M³	5		
Valor total						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados do(a) **data de início da execução dos serviços, conforme definido pela contratante, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.1.1. A vigência contratual observará o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, ficando a execução do contrato condicionada à existência de créditos orçamentários para cada exercício financeiro, sendo que as despesas relativas aos exercícios subsequentes serão consignadas nas respectivas leis orçamentárias, mediante apostilamento.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 3.1. *Antes do início da execução dos serviços, poderá ser estabelecido período destinado à verificação de eventuais pendências, liberação de áreas, ajustes operacionais e adoção de providências necessárias à regularidade da execução contratual.*
- 3.2. *Durante esse período, o CONTRATADO deverá adotar todas as medidas necessárias para garantir o adequado início da prestação dos serviços, incluindo mobilização de equipe, disponibilização de equipamentos e atendimento às exigências legais e operacionais previstas no Termo de Referência.*
- 3.3. *O início efetivo da execução dos serviços será formalizado por meio de ordem de serviço emitida pela Administração.*

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

- 6.1. *O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)***
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 6.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

- 7.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;

9.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

9.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

- 11.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 14.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*
- 14.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*
- 14.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.8.3. Das indenizações e multas.
- 14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 14.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 14.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26437/158350;
- II) Fonte de recursos: 100;
- III) Programa de trabalho: 12363501220RL0014;
- IV) Elemento de despesa: 339039-16;
- V) Plano interno: L4801P01BVN; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Boa Vista*, Seção Judiciária de *Roraima* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Documento Digitalizado Público

TR 01/2026 com ETP e Minuta do Contrato anexos

Assunto: TR 01/2026 com ETP e Minuta do Contrato anexos

Assinado por: Natalia Costa

Tipo do Documento: Termo de Referência

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Mídia

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Natalia Maia Costa, ADMINISTRADOR**, em 24/03/2026 14:31:23.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/03/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269166

Código de Autenticação: 7e74e02a9a

